



# Trabalho & Saúde

Departamento Intersindical de  
Estudos e Pesquisas de Saúde e  
dos Ambientes de Trabalho -  
DIESAT.

Av. Dr. Viera de Carvalho, 39 - 7º andar (República) - São Paulo - SP - Cep.01210-010 - Tel (11) 3399-5673 / 2985-5673  
e-mail: [diesat@diesat.org.br](mailto:diesat@diesat.org.br)  
site: [www.diesat.org.br](http://www.diesat.org.br)

## Equipe Editorial :

**Daniele Correia Salzgeber**, Socióloga, especialista em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (ENSP/FIOCRUZ), graduanda em Serviço Social, membro da equipe técnica DIESAT.

**Eduardo Bonfim da Silva**, Administrador, especialista em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (ENSP/FIOCRUZ), Pesquisador e Coordenador Técnico do DIESAT.

**Maria do Socorro Reis Cabral**, Mestre em Serviço Social, docente da PUC/SP e coordenadora do Núcleo Temático de Qualidade de Vida e Saúde.

**Rogério de Jesus Santos**, Técnico de Segurança, Assessor Especializado em Saúde do Trabalhador da Secretaria Nacional de Saúde da Força Sindical.

**Thiago Loreto de Oliveira**, Assistente Social, pós graduado em residência multiprofissional (UNIFESP), membro da equipe técnica do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Guarulhos

**Vinicius Figueira Boim**, Assistente Social, especialista em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (ENSP/FIOCRUZ), coordenador do CRST da Leste(SP).

## Colaboraram nesta edição:

Edvânia Ângela de Souza Lourenço, Francisco Antônio de Castro Lacaz, Elenildo Queiroz Santos e João Donizeti Scaboli

## Capa e Diagramação:

Eduardo Bonfim da Silva

## Tiragem:

500 exemplares

## DIRETORIA NACIONAL

### Executiva

Elenildo Queiroz Santos, Alex Ricardo Teixeira, João Donizeti Scaboli, Rodolfo Morette, Adma Maria Gomes, Antônia dos Santos Goes, Alex Rodrigo Freire, Arnaldo Marcolino da Silva Filho e Francisco Pereira Lima.

### Conselho Fiscal

Benedito Pedro Gomes, Gilberto Almazan e Edison Flores Lima Filho.



# Índice

3

## AO LEITOR

*Opinião*

4

## CAPA

*O conto das contas:*

*Um conto para que você pague as contas*

8

## ESPAÇO ABERTO

*Queremos desenvolvimento econômico com segurança e saúde por uma vida melhor*

*Elenildo Queiroz*

9

*Falando do Sistema Único de Saúde*

*João Scaboli*

10

## ARTIGO

*O protagonismo do DIESAT e a Saúde do Trabalhador*  
*Francisco A. C. Lacaz*

13

## ENTREVISTA

*Edvânia Lourenço*

19

## RELICÁRIO

*Sempre na mira*  
*T&S - nº 38 (1995)*



## Saúde do Trabalhador, luta árdua e contínua

É notável que a história de luta da Saúde do Trabalhador conheceu avanços significativos, sobretudo por incansável investimento do movimento dos trabalhadores, profissionais dos Serviços e de pesquisadores.

O DIESAT é expressão da contribuição advinda desses atores e no auge dos 36 anos a serem completados em 14 de agosto, encara o desafio de retomar a revista Trabalho & Saúde em sua edição nº 41 em tempos de governo interino, desemprego, arrocho salarial e perda de direito dos trabalhadores.

Para que fosse possível a realização dessa edição, contamos com a colaboração e parceria de pessoas, para além do corpo

técnico do DIESAT, que compuseram a equipe editorial, importantes na construção e no caminhar da Saúde do Trabalhador.

Esta edição apresenta a recém eleita diretoria nacional do DIESAT (2016/2019) e problematiza em matéria de capa, o mito que a mídia e os governos liberais propagam de que a Previdência Social é deficitária em seu orçamento.

Em entrevista para a T&S, Edvânia Lourenço, assistente social e pesquisadora, discute os desafios da Saúde do Trabalhador e da Seguridade Social em tempos de perda de direitos dos trabalhadores.

Destaca-se nesta edição, ainda, o artigo

de Francisco Lacaz, sobre a importância da existência e fortalecimento do DIESAT, trazendo um histórico da entidade e seus desafios.

Convidamos ao leitor que se aproprie de todo o conteúdo expresso nessa T&S, feita com muito entusiasmo e dedicação, para somar nessa luta! Luta de todos nós trabalhadores, luta árdua e contínua!

Elenildo Queiroz Santos  
Presidente Nacional



### NOVA DIRETORIA NACIONAL

A recém eleita diretoria do DIESAT iniciou sua atuação em abril com grande expectativa e ciência de que a classe trabalhadora e a Saúde do Trabalhador enfrenta e enfrentará grandes desafios na atual conjuntura política e econômica.

O DIESAT está sempre aberto para participação de todas entidades na luta pela Saúde de toda classe trabalhadora.

#### Composição da gestão 2016/2019

**PRESIDENTE NACIONAL**, Elenildo Queiroz Santos, representante do STI Metalúrgicos de Guarulhos e Região;

**VICE-PRESIDENTE NACIONAL**, Alex Ricardo Teixeira, representante do STI Químicos de São Paulo e Região;

**VICE-PRESIDENTE REGIONAL SÃO PAULO**,

João Donizeti Scaboli, representante da FTI Químicas e Farmacêuticas no Estado de São Paulo;

**DIRETOR NACIONAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, Rodolfo Morette, representante do STI Químicos, do ABC e Região;

**DIRETOR NACIONAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS**, Adma Maria Gomes, representante do STE do Ramo Financeiro do Grande ABC;

**DIRETOR NACIONAL DA SECRETARIA DE DIVULGAÇÃO E CULTURA**, Antônia dos Santos Goes, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de SP;

**DIRETOR NACIONAL DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, Alex Rodrigo

Freire, representante do STE de Livros, Publicações Culturais e Categorias Afins do Estado de SP;

**DIRETOR NACIONAL DA SECRETARIA DE PROJETOS E PESQUISAS**, Arnaldo Marcolino da Silva Filho, representante do STE de Radiodifusão e Televisão no Estado de SP;

**DIRETOR NACIONAL DA SECRETARIA DE RELAÇÕES SINDICAIS**, Francisco Pereira Lima, representante do Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo;

Para o **CONSELHO FISCAL** foram eleitos: Benedito Pedro Gomes, brasileiro, representante do Sindicato dos Padeiros de SP;

Edison Flores Lima Filho, representante do ST em Água, Esgoto e Meio Ambiente do

### Comissão de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - CISTT Nacional

A Comissão de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - CISTT, foi composta na última reunião do pleno do CNS. Tivemos um relevante avanço, já que os usuários ficam com a coordenação e coordenação Adjunta. A coordenação Adjunta com a Contag faz o contra ponto entre os trabalhadores urbanos e do campo e floresta. Outro aspecto importante foi a manutenção do número de membros da comissão que permane-

ceu com 34. Ainda observa-se a forte presença do movimento sindical, tanto na titularidade como na suplência da comissão. Assim constituída:

Coordenador: CUT - Geordeci S. Menezes;  
Coord. Adj.: CONTAG - Juliana Acosta;

#### TITULARES:

1. CTB;
2. CGTB;
3. Força Sindical;
4. NCST;

- |                    |                       |               |
|--------------------|-----------------------|---------------|
| 5. SINDINAPI - FS; | 15. CNI;              | 7. CONTRAF;   |
| 6. UBM;            | 16. Min. Previdência. | 8. FUP;       |
| 7. UNE;            |                       | 9. CFP;       |
| 8. COIAB;          | <b>SUPLENTES:</b>     | 10. COFEN;    |
| 9. ASBRAN;         | 1. FENAD;             | 11. FASUBRA;  |
| 10. CFFa;          | 2. SINTAPI - CUT      | 12. FENAS;    |
| 11. CFMV;          | 3. ANPG;              | 13. FENAFAR;  |
| 12. COFFITO;       | 4. ANTRA;             | 14. GESTORES; |
| 13. FNO;           | 5. CONFETAM;          | 15. GESTORES; |
| 14. CNC;           | 6. CONTRACS;          | 16. GESTORES. |



amortização da dívida pública e dos juros.

Há uma repetição de longa data, em principal por parte da mídia e de setores do capital, de que há um rombo nas contas da Previdência penetrando o ideário popular a fim de legitimar a Reforma e responsabilizar os indivíduos para que encontrem saídas privadas para as questões, que são essencialmente públicas.

Um dos elementos que configura o não fechamento das contas é o não cumprimento, por parte do governo, do modelo tripartite de financiamento assegurado pela Constituição de 1988, em arcar com os tributos das contribuições: a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social, o Cofins e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas, o CSLL. O Ministério da Previdência não computa essas duas contribuições como fontes de financiamento da Previdência Social, residindo aí

o nó górdio da questão e do aparente déficit.

Em seu artigo 194, a Constituição Federal determina que a Seguridade Social compreenda um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, embora na prática os governos a separem tecnicamente, a discussão da “Previdência Social” deve ser inserida como parte da “Seguridade Social” e reduzir o debate sobre o financiamento apenas à previdência é escamotear os superávits da Seguridade Social manipulando seus recursos à interesses de outrem e não da classe que vive do trabalho.

De acordo com o levantamento da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) a Seguridade Social mantém superávits todos os anos. Abaixo um levantamento em milhões dos anos 2011 a 2015

Receitas realizadas	2011	2012	2013	2014	2015
1. Receita das contribuições sociais	508.095	573.814	634.239	665.163	684.356
Receita Previdenciária (1)	245.890	283.441	317.164	349.503	365.272
Arrecadação Previdenciária	245.890	278.160	307.147	337.503	350.272
Urbana	240.534	272.397	300.991	330.833	343.191
Rural	5.356	5.763	6.156	6.670	7.081
Compensações não repassadas (3)		5.281	10.017	12.000	15.000
Cofins	159.625	181.555	199.410	195.914	200.926
CSLL	57.582	57.316	62.545	63.197	59.665
PIS/Pasep	41.584	47.738	51.065	51.773	53.071
Outras contribuições (4)	3.414	3.765	4.055	4.775	5.423
2. Receitas de entidades da Seguridade	16.729	20.147	14.974	90.093	20.534
Recursos Próprios do MDS	86	66	239	183	137
Recursos Próprios do MPS	672	708	819	608	1.078
Recursos Próprios do MS	3.220	3.433	3.858	4.312	4.257
Recursos Próprios do FAT	12.240	15.450	3.550	13.438	14.160
Serviços Hospitalares HU	58	52	103	117	238
Taxas, multas e juros da Fiscalização	511	491	509	552	664
3. Contrapartida do Orç Fiscal para EPU (5)	2.252	1.774	1.782	1.835	2.226
<b>Receitas da Seguridade Social</b>	<b>527.079</b>	<b>595.735</b>	<b>650.995</b>	<b>686.091</b>	<b>707.117</b>

Despesas Realizadas	2011	2012	2013	2014	2015
1. Benefícios Previdenciários (1)	281.438	316.589	357.003	394.201	436.090
Previdenciários urbanos	218.616	243.954	274.652	303.541	336.296
Previdenciários rurais	61.435	71.135	80.355	88.703	98.041
Compensação Previdenciária (6)	1.387	1.500	1.996	1.958	1.753
2. Benefícios Assistenciais	25.116	30.324	33.869	37.598	41.798
Assistenciais Idosos - LOAS e RMV	11.537	14.318	15.916	17.715	18.460
Assistenciais Deficientes - LOAS e RMV	13.579	16.006	17.953	19.882	23.338
3. Bolsa Família e outras transferências	16.767	20.543	24.004	26.162	26.921
4. EPU - Benefícios de Legislação Especial	2.256	1.774	1.782	1.835	2.226
5. Saúde: despesas do MS(7)	72.332	80.085	85.429	94.235	102.206
6. Assistência Social: despesas do MDS (7)	4.033	5.659	6.227	7.020	5.389
7. Previdência Social: despesas do MPS (7)	6.767	7.171	7.401	7.828	8.197
8. Outras ações da Seguridade	7.875	10.410	11.972	10.965	11.655
9. Benefícios FAT	34.159	39.950	46.561	51.833	48.180
10. Outras ações do FAT	579	541	505	522	506
<b>Despesas da Seguridade Social</b>	<b>451.323</b>	<b>513.045</b>	<b>574.754</b>	<b>632.199</b>	<b>683.169</b>

Fontes: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI - extração Siga Brasil; para os dados do RGPS, o fluxo de caixa do Ministério da Previdência Social - MPS; e, para compensações não repassadas, ANFIP.  
 Observações: os dados de 2015 são preliminares, sujeitos à alterações, - em relação as receitas por serviços hospitalares Universitários, porque estas despesas estão sendo computadas nas despesas da Seguridade, em 'Outras ações da Seguridade Social'; em relação às despesas, passou-se a adotar a separação, com benefícios assistenciais, entre benefícios aos idosos e aos deficientes, ao invés da classificação anterior (LOAS e RMV). Essa classificação é atualmente adotada nos orçamentos da União (essas modificações foram processadas de forma retroativa, para manter a série histórica)



## *Projeto de articulação e qualificação da atuação do Controle Social, na política nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora*

Eduardo Bonfim da Silva

O controle social pressupõe participação da sociedade e envolve a capacidade que os movimentos sociais organizados e da sociedade civil, têm de interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses da maioria da população.

Desse modo, o DIESAT elaborou o Projeto de Articulação e Qualificação da Atuação do Controle Social, na Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, e em sua primeira fase, objetiva articular e qualificar a atuação do Controle Social nas ações de Saúde do Trabalhador no território brasileiro, formando e capacitando conselheiros de saúde, membros das Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador, Centrais Sindicais, representantes de trabalhadores e das trabalhadoras, associações, ONG, sindicatos, federação, confederação e etc, dos municípios sede de CEREST em todo país, principalmente nas localizações que conste CISTT constituídas, segundo lista da CIST Nacional e em conformidade a Resolução CNS nº 493/15.

Serão realizadas 30 oficinas pelo país, entre setembro/2016 a setembro/2017 que contribuirão para a construção do processo de devolução da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, problematizando as resoluções aprovadas.

As atividades de formação terão como prerrogativa, método que privilegiem a construção e o uso de conhecimentos, aos invés de apenas a transmissão de informações teóricas. Deste modo, pressupõe considerar o público alvo um sujeito ativo de seu processo de formação e enfatiza o processo de qualificação com situações-problemas que demandem a utilização de saberes adquirido. Pressupõe-se, portanto, um tipo de relação teoria-prática, diferente do que ostenta os modelos tradicionais de formação.



# Diesat

Desde 1980

### **Objetivos do Projeto**

- Fomentar o empoderamento do controle social com foco na atuação e participação na Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.
- Realizar a Devolutiva das Resoluções Aprovadas na 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – 4ª CNSTT.
- Contribuir para embasamento conceitual do campo Saúde do Trabalhador e sua Política.
- Contribuir para a democratização da técnica, aproximando o saber técnico do saber popular e dos trabalhadores e das trabalhadoras que subsidiem a participação no planejamento, execução, monitoramento e avaliação da PNST.
- Articular os saberes técnicos e dos trabalhadores e das trabalhadoras para criar e monitorar indicadores de Saúde do Trabalhador, considerando os determinantes sociais e os processos produtivos.
- Subsidiar a participação nos aspectos financeiros e orçamentários da PNST.
- Contribuir para identificação dos instrumentos e mecanismos existentes da região para a atuação do Controle Social.
- Fomentar atividades permanentes do controle social.
- Contribuir para elucidar a atribuição do Controle Social.

## *Queremos desenvolvimento econômico com segurança e saúde por uma vida melhor*

Elenildo Queiroz Santos

A Saúde do Trabalhador e a segurança nos ambientes de trabalho são essenciais para o desenvolvimento socioeconômico sustentável das sociedades.

Ciente da necessidade de reforçar essa compreensão, o Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região, criou em 1981, o Depto de Segurança e Saúde no Trabalho, que desenvolve diversas ações permanentes na luta pela Saúde dos Trabalhadores e das trabalhadoras.

Essas atividades são realizadas pelo Departamento de Segurança e Saúde, que oferece amplo apoio às ações de prevenção contra acidentes e doenças ocupacionais, além de organizar os trabalhadores da base e os representantes da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no trabalho, para cobrar mais segurança nas fábricas da base.

Coordenado pelo diretor Elenildo Queiroz Santos (Nildo), o departamento conta ainda com médico do Trabalho e uma equipe preparada para atender a categoria e os representantes da CIPA nas questões relativas à Saúde e Segurança no Trabalho, Normas Regulamentadoras, direitos e garantias da CLT e Convenção Coletiva, bem como, direitos relativos aos benefícios previdenciários.

O objetivo principal é melhorar o nível de informações, orientar e mobilizar os trabalhadores na defesa do direito a um trabalho (DECENTE) salubre, saudável e seguro.

Além disso, auxiliamos na emissão de CAT (Comunicado de Acidente no Trabalho), palestras de Sipat (Semana Interna de Prevenção de Acidentes) e organização de eleições de Cipa, estão entre as atividades realizadas diariamente por nossa equipe.



Seminário realizado no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região

O departamento também realiza diversas atividades, como palestras, encontros e ações na base e seminários, como ocorreu no último 28 de abril, data instituída pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, que contou com a participação de aproximadamente 300 pessoas.

Como a data é para lembrar a todos sobre esse mal e a necessidade de se combater o problema através da conscientização e da prevenção, são programadas ações em portas de fábricas, com distribuição de panfletos e folhetos explicativos. O objetivo é reforçar o compromisso da diretoria do Sindicato com a categoria e a defesa da saúde e segurança nos ambientes laborais.

Na busca de fomentar o debate da promoção da Segurança e Saúde nas fábricas, estamos a caminho de realização do 21º Seminário de Saúde e Segurança do Trabalhador, que é realizado anualmente pelo Sindicato, com participação de cipeiros, médicos e engenheiros do Trabalho, técnicos em Segurança no Trabalho, CEREST, CIST, metalúrgicos sindicalizados e a sociedade em geral.

O Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador atende a todos na sede do Sindicato (2º andar) rua Harry Simonsen, 202, Centro, Guarulhos. Informações, ligue 2463.5317 ou 2463.5339 email [cipa@metalurgico.org.br](mailto:cipa@metalurgico.org.br) ou [queiroz.baruc@gmail.com](mailto:queiroz.baruc@gmail.com) (Nildo)

# Falando sobre o Sistema Único de Saúde

João Donizete Scaboli

Quando surgiu o SUS, foi motivo de júbilo para todas as pessoas que necessitavam de um atendimento na área de saúde e para aquelas que, solidariamente, entendem que a saúde é o bem maior e um direito de todos e um dever do Estado. Com o passar dos anos, o SUS foi se consolidando e passou, inclusive, a ser referência internacional.

E nós o elogiamos. Os programas como o Farmácia Popular, que oferece remédios de graça para quem tem problemas de diabetes, pressão alta, asma, entre outros; a liberação dos remédios de alto custo; o programa de vacinação; o programa de saúde da família. Outros merecem aprimoramento, é fato. Mas não merecem acabar, tal a importância deles.

Mas, a esperança de que o SUS seja inclusivo, de abrangência universal, pode morrer, se não houver um bom planejamento de ações, um rígido controle de gastos, e um acompanhamento constante por parte da população em geral com relação ao seu papel primordial.

E o que nos preocupa?

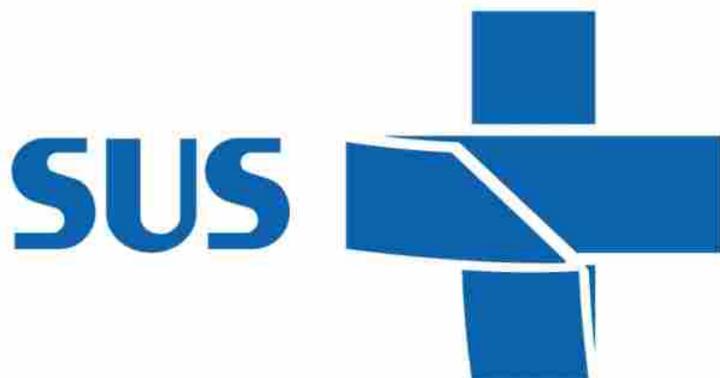
A situação político-econômica pela qual estamos passando. Corte de gastos para o Ministério da Saúde põe em risco todo um projeto que tem tudo para dar certo. Concordamos com o controle de gastos, o que não quer dizer concordância com corte de investimentos no SUS.

Não dá para que aceitemos retrocesso nessa área. Pelo contrário, o que queremos é avanço. É ter uma população democraticamente atendida com dignidade; sem filas de esperas angustiantes e que, em muitos casos, não socorrem a tempo, quem precisa passar por especialistas. Ou por cirurgias. Não queremos ver, nos olhos de doentes e de seus familiares, o desespero e a dor de quem sabe que se tivessem melhores condições financeiras, não passariam pelo sofrimento que a pobreza causa.

Não queremos saber, por meio da imprensa ou por vivenciarmos no dia a dia, que os remédios já não são gratuitos, para quem precisa deles para manter seus níveis de saúde. Que as epidemias estão matando pessoas de faixas etárias diferentes por descaso na Saúde Pública.

Não, não queremos isso!

Queremos que nossos dirigentes, independentemente de partido político, cumpram o que está na Constituição. Que se olhe para o SUS, não como algo que representa gastos, mas como algo, que, se bem gerenciado, promove a saúde.



Prevenindo as doenças por meio das vacinas; agilizando o agendamento das consultas; dotando os postos de saúde e hospitais com aparelhos adequados e com corpo técnico-administrativo em quantidade suficiente e devidamente capacitado.

Enfim, sabemos que mantendo os programas existentes, corrigindo o que não deu certo e ampliando o leque de ações, as doenças crônicas serão evitadas e as mortes prematuras e evitáveis não ocorrerão.

Falando como representante de trabalhadores e trabalhadoras, falando como membro do Conselho Nacional de Saúde e, sobretudo como cidadão, registro a minha apreensão com relação ao possível retrocesso do SUS pelas inúmeras possibilidades existentes se não houver um adequado planejamento de gestão.

Acreditamos na sensibilidade daqueles que podem evitar isso. Porque devem saber que o direito à Saúde é prioridade. E sendo dever do Estado, deve ser cumprido.

Por isso, queremos o SUS nos moldes em que foi pensado. Universal, não exclusivo, eficiente e eficaz.

Um Sistema Único de Saúde que continue sendo referência e que contemple os anseios de todos nós! E isso é plenamente possível!

Saudações Sindicais!

---

## **João Donizete Scaboli**

*Diretor do Departamento de Saúde do Trabalhador da FEQUIMFAR,  
Vice Presidente Estadual do DIESAT,*

*Diretor adjunto da Secretaria Nacional e Segurança e Saúde do  
Trabalhador da Força Sindical,*

*Representante da Força Sindical e FEQUIMFAR e Conselheiro do Conselho  
Nacional de Saúde e*

*Representante da Força Sindical e FEQUIMFAR no Conselho Curador da  
FUNDACENTRO*

# Resgatando a história...

## A importância da existência e do fortalecimento do DIESAT

Francisco Antonio de Castro Lacaz

Originado da Comissão Intersindical de Saúde do Trabalhador (Cisat), criada em 1978 quando foi tornada pública a grave situação do adoecimento pela silicose dos trabalhadores ceramistas de Jundiá, SP, e que evoluiu para a ideia da criação do “Dieese da Saúde” no ano de 1979, em memorável reunião ocorrida no Sindicato dos Médicos de São Paulo, a importância de um órgão de assessoria sindical nas questões relacionadas ao Trabalho, à Saúde, à Previdência Social e outras políticas públicas foi fundamental para o avanço da luta sindical no país.

Desde sua fundação, em agosto de 1980, em plena Ditadura Civil-Militar, por um grupo de sindicatos de trabalhadores de variados rincões do país, “... que compreenderam a importância da luta pela saúde dos trabalhadores e dispôs-se a incorporá-la em suas atividades cotidianas de reivindicações, na atuação (...) sobre os ambientes de trabalho, (...), a política previdenciária, o aprimoramento dos serviços de saúde, a prevenção de acidentes, doenças e mortes (...) no dia a dia...” , já se passaram 36 anos e o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas em Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat) vem prestando importantes “serviços” ao movimento sindical brasileiro ao promover eventos como foram as Semanas de Saúde do Trabalhador (Semsats) cujos

resultados foram divulgados no livro *De que Adoecem e Morrem os Trabalhadores*, editado em 1984. Tal livro foi um marco na literatura sindical sobre as relações Trabalho e Saúde, tendo sido adotado, inclusive, como parte da bibliografia para a prova de seleção do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do então Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. Ademais os seminários e debates promovidos e organizados pelo Diesat discutiram temas centrais para luta dos trabalhadores pela saúde e melhoria dos ambientes, condições, processos de trabalho, como foi o caso do evento que apontou e denunciou, em 1981, a verdadeira tragédia dos acidentes de trabalho no país; das intoxicações por benzeno; mercúrio, chumbo, ao lado.

de pioneiramente levantar o debate sobre as “formas sutis de adoecimento” no trabalho quando lançou, em 1989, o livro *Insalubridade, morte lenta no trabalho* que apontava a questão dos efeitos da Organização do Trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores.

Em que pese idas e vindas para seu efetivo estabelecimento enquanto órgão e espaço de discussão, formulação e produção de conhecimento, mediante realização de pesquisas por

...com o passar do tempo, no movimento sindical surgiram posturas que demonstraram a incompreensão sobre a atuação unitária para o avanço das lutas em Saúde do Trabalhador, o que ocorreu a partir do final dos anos 1980, com a criação, por parte de algumas centrais sindicais, de órgãos de assessoria próprios, enfraquecendo a luta unitária que vinha sendo desenvolvida até então tendo o Diesat como um verdadeiro “intelectual orgânico” das formulações teórico-metodológicas em busca de uma verdadeira revolução em seu campo de atuação.

solicitação dos sindicatos filiados nas quais foram desenvolvidas metodologias participativas de pesquisa-ação e que deram como resultado mudanças nas relações de trabalho levadas a cabo mediante negociações empreendidas pelos demandantes trazendo reais conquistas em suas campanhas salariais, tal estratégia foi um marco histórico e um exemplo para o movimento sindical. A primeira delas, realizada em 1984, foi motivada por demanda do Sindicato Nacional dos Aeronautas e subsidiou negociação para garantir o alojamento individual das tripulações em vôos de longa duração em território brasileiro, pois nos alojamentos conjuntos de pernoite, reproduzia-se a hierarquia existente nos vôos. Em tal estudo foi aplicado um questionário e realizadas entrevistas, com importante participação e envolvimento dos próprios aeronautas e cujo resultado final possibilitou a conquista do alojamento individual. A segunda foi demandada pelo Sindicato dos Bancários de Ribeirão Preto e Federação dos Bancários de São Paulo, Mato Grosso que propuseram um estudo que elucidasse questões relacionadas aos problemas de saúde mental da categoria, pois, com a introdução das novas tecnologias como os computadores, estavam perdendo sua identidade profissional e era necessário definir uma linha de ação nesta área. A pesquisa foi gestada durante inúmeras reuniões realizadas por vários meses, nos anos de 1984-86, com importante participação de um grupo de bancários militantes daquele sindicato e federação. A referida investigação trouxe à luz as mudanças que já

ocorriam no trabalho dos bancos com a introdução das novas tecnologias poupadoras de trabalho vivo, que viriam substituir atividades e funções nobres como dos caixas. Também desta época, 1987, foi pesquisa sobre o trabalho dos operadores de trem do Metrô de São

Paulo, visando dar ao Sindicato subsídios para uma negociação com a Companhia do Metropolitano de São Paulo no sentido de reduzir a duração da jornada diária de trabalho. Foi um rico processo com intensa participação dos metroviários na equipe de pesquisa, inclusive contribuindo na elaboração dos questionários como instrumentos da pesquisa de campo, os quais foram aplicados pelos próprios metroviários que participavam da equipe de pesquisa juntamente com os técnicos do Diesat. Como resultado conseguiu-se a redução da jornada semanal de trabalho com mudança no esquema de folgas, mas não a redução da jornada diária. O interessante desta pesquisa é que, ao mesmo tempo, a Companhia do Metrô contratou pesquisador da Faculdade de Saúde Pública para realizar estudo com a mesma intenção e com o objetivo de refutar a reivindicação sindical, mas, ao final, ambas as investigações chegaram a conclusões muito semelhantes, corroborando a demanda do sindicato. Mais recentemente, nos anos de 2008-2009 o Diesat desenvolveu pesquisa por demanda

do Sindicato dos Professores de Faculdades Privadas do Rio Grande do Sul, demonstrando o grave comprometimento da saúde mental desses trabalhadores, concluindo que havia consumo de remédios identificados pela “tarja preta” por mais de 50% dos componentes da categoria.

Todas estas pesquisas resultaram em relatórios técnicos e abriram searas em temas naquela época ainda muito pouco estudados inclusive pela Academia como foi o caso das investigações com os bancários, os aeronautas e metroviários.

O caráter da relevância do papel do Diesat pode ser medido quando foi convidado a participar de um evento organizado pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), realizado em novembro de 1985, na cidade do México, para discutir os riscos relacionados à saúde dos trabalhadores causados pela produção de bens em que era utilizado amianto ou asbesto. A importância do Diesat era tal que, ao seu representante técnico coube a atribuição de fazer a exposição sobre a questão em nome dos trabalhadores, do ponto de vista dos sindicatos atuantes em todas as Américas.

Também é digno de nota resgatar a participação do Diesat na VIII Conferência Nacional de Saúde realizada no período de 17 a 21/03/1986, na qualidade de debatedor na sua mesa de abertura. Ainda durante a II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, realizada em 1994, foi extremamente marcante e importante a realização da Mesa organizada e coordenada pelo Diesat que tratou da temática “Saúde Mental e Trabalho.”

Observe-se que, em função de tais atividades técnico-científicas e políticas, realizadas pelo Diesat, nos anos 1980-90 e 2000, passaram centenas de técnicos e estudantes das mais diversas formações ávidos por participarem e apoiarem a luta dos trabalhadores pela saúde no trabalho, possibilitando a criação de um espaço de formação científica e conscientização, que de certa forma passaram a ser expressas na elaboração e publicação do Boletim do Diesat, importante material de divulgação junto aos sindicatos filiados, seus associados e interessados na temática neles discutida e apresentada.

Também é importante lembrar as assessorias de técnicos ligados ao Diesat junto a sindicatos como foi o caso do Sindicato dos Trabalhadores Químicos do ABCD; dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo; dos Metalúrgicos de Osasco e região; dos Metroviários de São Paulo, dentre outros.

Ocorre que, com o passar do tempo, no movimento sindical surgiram posturas que demonstraram a incompreensão sobre a atuação unitária para o avanço das lutas em Saúde do Trabalhador, o que ocorreu a partir do final dos anos 1980, com a criação, por parte de algumas centrais sindicais, de órgãos de assessoria próprios, enfraquecendo a luta unitária que vinha sendo desenvolvida até então tendo o Diesat como um verdadeiro “intelectual orgânico” das formulações teórico-metodológicas em busca de uma verdadeira revolução em seu campo de atuação. Frise-se que esta fragilização já havia sido experimentada também na Itália quando, no final dos anos 1980 as principais centrais sindicais daquele país, ligadas a diversos grupos políticos como o Partido Comunista, ou seja, a Confederazione Generale Italiana dei Lavoratori (CGIL), a Unione Italiana dei Lavoratori (UIL) do Partido Socialista e o Partido Democrata Cristão, deixaram de atuar de forma unitária e conjunta em volta de um “programa mínimo” como faziam desde aos anos 1960, na luta pela extinção da nocividade do trabalho para a saúde, a qual era orientada pelo então denominado Modelo Operário Italiano, que teve forte

influência no Brasil, inclusive possibilitando o intercâmbio entre sindicalistas e técnicos italianos e brasileiros.

Diante do que foi acima apontado, entende-se que aquilo que se coloca como tarefa hoje, para o movimento sindical, em tempos de séria crise política, de princípios e valores ético-sociais é o resgate do papel protagonista que foi desempenhado pelo Diesat nos anos 1980-90, enquanto um importante órgão político de assessoria, independente do Estado e mantido pelos sindicatos, especialmente quando se observa os reflexos e ameaças da crise hoje vivida pelo país, sobre muitas das fundamentais conquistas obtidas através das lutas sindicais como a bandeira pela Seguridade Social; pelo Sistema Único de Saúde; pelo Sistema Único de Assistência Social, todas ameaçadas pelas políticas neoliberais colocadas em prática nos últimos anos; o que culminou, sob o governo Temer(ário), na real extinção, na prática, do Ministério da Previdência Social, o qual foi “incorporado” pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério da Agricultura, colocando em grave risco os direitos previdenciários, agora tratados como mercadorias a serem negociadas no mercado, como parte do chamado ajuste fiscal que em nada atinge aos interesses do Capital, mas configura-se como séria ameaça àquelas conquistas históricas das classes trabalhadoras; ao que se soma o ataque à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com o jargão de que “o negociado deve prevalecer sobre o legislado”, ataque este de caráter global e também presente na França o qual motivou, recentemente, memoráveis manifestações contrárias dos sindicatos de trabalhadores daquele país, apesar da truculência da ação da polícia em favor da ação governamental do Primeiro Ministro François Holland do assim ainda chamado Partido Socialista francês.

Está mais do que na hora do movimento sindical brasileiro voltar a defender e cultivar seus órgãos de assessoria de classe, porque o que se avizinha no horizonte quanto aos direitos trabalhistas, previdenciários e sanitários é algo bastante preocupante e sombrio, o que exigirá efetivas lutas para barrar a sanha dos interesses do Capitalismo global, agora travestido de financeiro e improdutivo.

Neste sentido, Seminário a ser promovido pelo Diesat no dia 29/07/16 já é um importante passo para arregimentar forças e marcar posição contrária ao que se vislumbra no horizonte cada vez mais sombrio!

**Francisco Antonio de Castro Lacaz** é Médico. Professor Titular do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo. Participou da Cisat e da fundação do Diesat, tendo atuado como técnico vinculado ao Diesat assessorando ao Sindicato dos Químicos do ABCDM, no período de 1986-1998.

. Extraído da “orelha” do livro *Trabalho e Saúde: tópicos para reflexão e debate*. CAMPOS, W. C. R.; BONFIM, E. S. (Orgs.). São Paulo: Diesat, 2009.

. LACAZ, F. A.C. *El punto de vista de los sindicatos*. In: MITASTEIN, M. (editor) *Memórias. Reunión sobre Asbesto y Salud en America Latina*. Ciudad de México: OPAS/OMS, 1987. pp. 183-190.

. GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

. BERLINGUER, G.; BIOCCA, M. *Recent Developments in Occupational Health Policy in Italy*. *International Journal of Health Services*, 17 (3): 455-474, 1987.

. ODDONE, I e cols. *A luta dos trabalhadores pela saúde*. São Paulo: Hucitec, 1986. Tradução de *Ambiente di Lavoro: la fabbrica nel territorio*, 1997.

# NOSSO COMPROMISSO

O DIESAT foi criado em 1980 pela iniciativa de uma série de entidades sindicais que compreenderam a importância e a necessidade da luta pela Saúde dos Trabalhadores.

É neste momento que as entidades passam a incorporar em suas atividades de reivindicações, a organização do trabalho, política previdenciária, aprimoramento dos serviços de saúde, prevenção de acidentes, doenças e mortes causadas pelas condições dos ambientes de trabalho.

A partir desta parceria começam as lutas pela aplicação, implementação e melhoria da legislação do trabalho buscando sempre que o trabalhador e a sociedade despertem para o importante problema das precárias condições de trabalho no Brasil.

Por ser o primeiro órgão intersindical brasileiro a se dedicar as questões relacionadas a Saúde do Trabalhador, o DIESAT, contribui ativamente para a formação de novas ideologias dentro desta área. É hoje, um importante assessor sobre as questões do meio ambiente, saúde e trabalho dentro dos movimentos sindicais.

Esta união representa o fortalecimento na busca da concretização da cidadania nos locais de trabalho.

Toda a produção do DIESAT está estruturada para atender a qualquer momento as entidades realizando estudos e pesquisas; editando livros, revistas e outras publicações; organizando seminários, palestras, Semana da Saúde do Trabalhador e debates; assessorando os sindicatos nos casos de fiscalização de indústrias e empresas com más condições de trabalho, nas formações e treinamento de monitores de Cipa's e em muitas outras atividades

destinadas a conscientizar o trabalhador sobre a importância de sua saúde.

Com o desenvolvimento destas atividades, o DIESAT contribui cada dia mais com o fortalecimento do movimento sindical no Brasil.

A filiação de entidades sindicais é a ferramenta mais importante para que nosso trabalho continue ativo e para que possamos estar sempre a disposição dos trabalhadores. Filiando-se, estaremos disponíveis para participar ativamente das campanhas pela melhoria da qualidade de vida e da saúde do trabalhador, disponibilizando nossas pesquisas, livros, cursos e projetos de formação e capacitação.

Filiar-se ao DIESAT é a melhor maneira de fortalecer nossa organização e proteger os direitos dos trabalhadores, além de manter viva a luta pelo nosso ideal.

Políticas Públicas  
Ação Sindical  
ACIDENTE DE TRABALHO  
Seguridade Social  
Formação Sindical  
SAÚDE  
Saúde Mental  
Gênero  
TRABALHO DECENTE  
Assédio Moral  
RESPONSABILIDADE SOCIAL  
Controle Social  
SUS  
Educação  
Previdência  
Pesquisa  
Saúde do Trabalhador  
Nexo Epidemiológico  
Meio Ambiente  
LER/DORT

**MANTENHA-SE  
INFORMADO**

**FILIE-SE**

“...a defesa da ST exige defesas mais amplas, que não se resumem às parafernalias das máquinas e acessórios dos ambientes de trabalho, sendo esses de grande importância, contudo, estão dependentes de normas que são ditadas pelo Estado a partir do conflito Capital e Trabalho. Portanto, a regulamentação do trabalho (a fixação da jornada de trabalho, do contrato, dos salários, da proteção contra acidentes e doenças, entre outros) é o nó central do campo ST, mas está dissociada da existência das políticas de Seguridade Social. O que importa mesmo é uma sociedade com garantias trabalhistas e sociais ou que esteja sustentada em um sistema de segurança social. Então, são dois pontos fundamentais de discussão”.



A revista T&S entrevista Edvânia Ângela de Souza Lourenço, *gradua em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho (1994); Mestrado (2004) e Doutorado em Serviço Social (2009) pela mesma Universidade, UNESP- câmpus de Franca, SP. Tem pós doutorado pela Universidade de Havana, Departamento de Sociologia, Cuba. Atualmente é pós doutoranda no Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de São Paulo - UNIFESP. É docente do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP, câmpus de Franca/SP. É membro da diretoria executiva da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Também é membro do Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) ampliado: "Trabalho, Questão Social e Serviço Social" e do Grupo de Trabalho (GT) "Trabalho e formação profissional do Serviço Social na Saúde", ambos da ABEPSS. Tem experiência na área de Saúde do Trabalhador, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, saúde do trabalhador, trabalho e SUS.*

Avaliando a atual conjuntura de perda de direitos sociais e trabalhistas e seus efeitos nas políticas de Seguridade Social e de Saúde do Trabalhador.

### **TRABALHO & SAÚDE - No contexto da crise econômica e política do Brasil, como você avalia os efeitos dessa conjuntura nas políticas de Seguridade Social?**

**EDVÂNIA ÂNGELA DE SOUZA LOURENÇO** - Eu diria, inicialmente, que estamos vivendo um período muito sombrio para as políticas de Seguridade Social, para os direitos da classe trabalhadora e para os valores da dignidade humana. Neste momento, são vários os projetos que tramitam na Câmara de Deputados e no Senado Federal, que podem ser vistos como um verdadeiro antídoto contra a Constituição Federal de 1988 e uma tragédia para os direitos humanos. Em resumo, está em curso o processo de legalizar a precarização do trabalho, ainda que vários estudos evidenciem o quanto a terceirização é danosa para integridade física e mental dos/as trabalhadores/as, para a permanência nos postos de trabalho, para a composição salarial e para a sua organização coletiva. Esse projeto da classe empresarial é avassalador para o trabalho e para o conjunto da segurança social. Que tipo de sociabilidade está sendo proposta e defendida pela classe empresarial e política? A da precarização do trabalho, que envolve a enorme distancia entre os/as empregados/as e os os/as s empregadores/as; a ausência de direitos, como norma; a privatização das políticas sociais e a restrição ao seu acesso; a falta de perspectivas e de projeção para o futuro, que redundam em viver o hoje, resumindo-se à reprodução precária da vida material. Miséria real que se expande para a miséria cultural e política. Cresce a insegurança social e o Estado impõe legislações

mais duras, inscrevendo-se nas fronteiras do Estado Penal.

Então, é um momento terrível! Mas é preciso ter esperança, não quero iniciar essa conversa em tom de estonteantes perdas, embora elas sejam eminentes, mas temos tido reações, ainda que insuficientes para barrar a ambição desse “governo” ilegítimo, altamente neoliberal e contrário aos direitos do trabalho e sociais. De fato, resultado de uma progressão do liberalismo conservador, que em nome desse poder sacrifica os direitos sociais e do trabalho e impõe agonia de sofrimentos crescentes à classe trabalhadora brasileira.

Diariamente, podemos ver as várias resistências não apenas contra o governo ilegítimo, mas também contra a sua política neoliberal, obviamente que ainda falta uma orquestração no sentido de unificar as forças, mas isso não quer dizer que não se tenha resistência, embora em um contexto de aguda injustiça social, um dos fatores predominantes é o medo, como diria o cantor “Oh senhor cidadão, eu quero saber, eu quero saber com quantos quilos de medo, com quantos quilos de medo se faz uma tradição? (Tom Zé) e o medo é a trava para os movimentos de contestação mais forte e mais ampla.

Assim, quero afirmar que a defesa da ST exige defesas mais amplas, que não se resumem às parafernalias das máquinas e acessórios dos ambientes de trabalho, sendo esses de grande importância, contudo, estão dependentes de normas que são ditadas pelo Estado a partir do conflito Capital e Trabalho. Portanto, a regulamentação do trabalho (a fixação da jornada de

trabalho, do contrato, dos salários, da proteção contra acidentes e doenças, entre outros) é o nódulo central do campo ST, mas está dissociada da existência das políticas de Seguridade Social. O que importa mesmo é uma sociedade com garantias trabalhistas e sociais ou que esteja sustentada em um sistema de segurança social. Então, são dois pontos fundamentais de discussão. Em primeiro lugar, as condições de trabalho e de salário que os/as trabalhadores/as estão submetidos/as diariamente e, por extensão, como reproduzem a sua existência material e espiritual. Concomitante a isso, defende-se a efetividade de direitos sociais que possam dar garantias à reprodução da totalidade da vida social. Dissocia-se radicalmente do projeto que está sendo posto, o qual sintetiza o conjunto da existência social a partir das agruras sociais, marcadas pelo desemprego, pela terceirização do trabalho, pelo não direito, pela prisão de adolescentes em cárceres comuns, por um modelo de família tido como certo e a ser seguido por todos, mesmo que não seja o referente para a maioria da população, pela educação fisionomicamente obscurantista, entre outros, dolorosamente manipulam as massas sob o pano de fundo da religiosidade e abuso das crenças adventistas.

Mas, para me restringir a ST vinculada à Seguridade Social, primeiramente, é preciso afirmar que essa não está distante do campo dos direitos sociais e do trabalho, vista à luz do fenômeno da estrutura econômico-social e política. A Seguridade Social no Brasil foi garantida pela Constituição Federal de 1988 (CF) e compreende as políticas de assistência social, saúde e previdência social, sendo o direito a essa última vinculado ao mercado de trabalho formal e de contribuição compulsória. A

saúde foi garantida como direito universal que abarca os imperativos sociais e os determinantes econômicos. A assistência social ficou reservada apenas a quem dela necessitar, constituindo-se como um direito social. A previdência social ficou reservada ao mercado formal de trabalho e autônomos, cujo acesso é garantido por meio da contribuição compulsória.

O Ministério da Saúde (MS) cria a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), em 2004, e, um pouco mais adiante, a Política Nacional de Saúde do/a Trabalhador/a, assim, descentraliza as ações de ST e inaugura novas práticas nos serviços de saúde. Projeta-se uma cultura nos serviços de saúde, alterando genuinamente a perspectiva assistencialista, que excluiu, ao longo dos tempos, a intervenção nos ambientes de trabalho por agentes da política de saúde pública.

Posto uma nova determinação aos serviços de saúde, não sem questionamentos, inclusive frente às ações de ST, o Ministério do Trabalho (MT) reivindicou exclusividade, denunciando a inconstitucionalidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em abranger os ambientes de trabalho, muito embora, esteja escrito na letra da Lei essa observância, vide o artigo 200 da Constituição Federal (CF). O SUS sob nucleação da perspectiva da Saúde Coletiva, detém a primazia da prevenção e promoção da saúde, sem prejuízos das ações assistenciais. No que, aí, se refere a ST, serve ao interesse real e efetivo da cura e da notificação, essa última ao identificar as situações geradoras de agravos à ST cria um registro estatístico consoante ao mercado de trabalho formal e informal. Esses dados demandam diagnósticos das realidades de trabalho e intervenções de vigilância em saúde que podem promover mudanças substantivas nas condições de trabalho, sobretudo, a partir da interlocução com o movimento sindical. Por isso, que se defende que a ST seja discutida a partir desses dois eixos fundamentais: condições de trabalho e salariais e a partir do conjunto das políticas de Seguridade Social, pois a sua efetividade depende, entre outros, da estruturação da política de saúde pública.

Mas a mudança qualitativa ainda em construção, não efetivada, por aglutinar a motivação de um Estado garantidor de políticas

“O diagnóstico da realidade presente, na qual predomina a desregulamentação do trabalho, o conservadorismo político e a conformação de uma classe trabalhadora empobrecida constituem o grande desafio para o movimento sindical. Se outrora, o movimento sindical se fortaleceu por meio da indústria e da regulamentação do trabalho, o momento atual é adverso. Pois, a grande indústria sofreu (e sofre) os reveses da globalização econômica e a classe trabalhadora sofre com as mudanças no mundo do trabalho, sobretudo, com o enxugamento que os processos de trabalho guiados pela automação, robótica, telemática (telecomunicações/informática) e as várias inovações tecnológicas provocam, criando um ambiente avesso ao trabalho formal e de longa duração.”

sociais e de normas de proteção do trabalho, vem sendo fortemente atacada. Completamente estranhos à democracia e aos direitos sociais e do trabalho, lobistas e empresários travam junto aos congressistas as ações para que a Constituição

Federal de 1988 seja reformada e deformada, enquanto estimulam as medidas generosas para os empresários, sobretudo, do setor financeiro. Assim, por incrível que pareça, não estamos lutando para conquistar novos direitos, mas temos que nos organizar e dispender forças para que as nossas pequenas conquistas constitucionais obtidas com muita luta, sejam garantidas.

Então, ST deve ser entendida a partir de um contexto mais amplo, às vezes, durante conversas com trabalhadores/as tenho um senso de injustiça tão grande diante do que eles me contam, das suas condições de trabalho, dos magros salários, das férias ausentes, dos raros passeios, da falta até mesmo do básico à sobrevivência e, sobretudo, da expropriação da sua capacidade para o trabalho, são pessoas com idades entre 30 e 50 anos, que não conseguem se aposentar e tampouco conseguem se empregar, haja vista que perderam a sua saúde, condição vital para a venda da força de

trabalho. Então, vejo que a saúde do(a) trabalhador(a) (ST) não se limita ao seu espaço de trabalho, obviamente que os baixos salários, as péssimas condições laborais e a organização e gestão do trabalho são determinantes para a ST. Contudo, acredito que a ausência de direitos do trabalho e de políticas sociais efetivas aprofundam o sofrimento no e pelo trabalho, além de criar um ambiente de conformação e adaptação às péssimas condições de trabalho daqueles que permanecem empregados.

**TRABALHO & SAÚDE - Na perspectiva de análise da política de Seguridade Social, na sua opinião, como reflete na política e na implantação da Saúde do Trabalhador?**

**EDVÂNIA** - Pode-se dizer que, aqui, onde há um histórico de ausência de mecanismos de redistribuição da renda socialmente produzida e, ainda, onde predomina a alta concentração de renda e profunda desigualdade social, como resultados históricos do desenvolvimento do capitalismo dependente, desigual e combinado, como abordado por Octavio Ianni (2004), a relação de poder esteve, quase sempre, marcada pelo crepúsculo da ausência de liberdades democráticas, frequentemente associada à violência. A democracia no Brasil é frágil e ainda muito nova. Portanto, pequenas possibilidades de acesso aos direitos sociais e humanos são vistas a partir das garantias constitucionais e, é, o que vai refletir na construção da política de ST.

A Constituição de 1988 garantiu o sufrágio universal, pois, até então, os analfabetos eram impedidos de exercerem o direito ao voto e de serem votados; garantiu-se um sistema de Seguridade Social, cujo princípio de universalidade resignificou a saúde como direitos de todos e dever do Estado; garantiu a assistência social como direito e a previdência social aos contribuintes; e, ainda, a participação política no acompanhamento e fiscalização das políticas sociais; o trabalho como direito social, sendo o salário irredutível, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo. Também regulou que a jornada de trabalho não tenha carga superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, entre outros. Embora essa Constituição tenha sido promulgada sob uma estrutura econômica geradora de grande desigualdade social e sem mecanismos efetivos para mudar essa estrutura, ela tem sido responsável pelo maior investimento do Estado em serviços previdenciários, de saúde, educação, habitação, proteção ao desemprego, assistência social, ou seja, pela garantia dos direitos civis, políticos, sociais e trabalhistas.

De uma forma geral, pode-se dizer que as medidas de contrarreforma do Estado promovida nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), nas quais se destacam a privatização dos serviços de saúde, por meio da transferência dos recursos públicos para as entidades ditas “parceiras”, levou a cabo as iniciativas neoliberais, reduziu o nível de emprego no setor público, acelerou as privatizações e as desregulamentações do trabalho, propôs a reforma da Previdência Social e, na área da assistência social, resumiu esse direito às ações focais do Comunidade Solidária, impondo essa política (um direito social) à dependência da benevolência da

sociedade civil. Criou os mecanismos para o superávit primário e diminuiu a capacidade do Estado de intervir nos gastos sociais, o que resultou no enfraquecimento das políticas sociais.

Embora a lógica da política macroeconômica não tenha sido alterada durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), verifica-se a ampliação das políticas sociais. Os governos de Luís

A Previdência Social que já foi alvo de reforma durante o governo de Lula da Silva sofre, agora, o seu revés mais intenso. Observa-se que, nestes primeiros meses do governo ilegítimo, já foi declarada a urgência da reforma previdenciária, que anuncia o aumento do tempo de contribuição por meio do aumento da idade para o direito de aposentadoria e ainda a equiparação de idades entre homens e mulheres. Esse foi um dos primeiros assuntos tratados pelo novo “Ministro” da Fazenda, Henrique Meireles, que durante evento da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), logo após o impedimento da presidenta Dilma, garantiu agilidade e rapidez na reforma previdenciária em evento junto aos bancários.

Inácio Lula da Silva, emplacados com o aumento da exportação de produtos primários, promoveram o fortalecimento do mercado interno, ampliaram os programas de transferência de renda e de crédito consignado, como formas de possibilitar maior acesso ao mercado, o que incentivou o consumo; Mas verifica-se também a adoção de medidas necessárias para o aumento do salário mínimo; mudanças no âmbito da educação, do acesso ao ensino universitário e técnico, como efeito, houve um aumento dos anos de estudo formal da população, sobretudo, jovem, ainda que tenha sido promovida em grande medida via mercado, mas houve também a ampliação de vagas para as Universidades Federais, inclusive propiciando o acesso universitário aos negros(as) e aos estudantes de escola pública; além disso, promoveram a estruturação e organização técnico legal da Política Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a), cujo resultado é o início de uma cultura de ST nos vários serviços de saúde pública.

Na área da Assistência Social, foi criada e estruturada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), seguida da normatização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual, como se sabe, passou por uma vigorosa estruturação a partir do estabelecimento da assistência social como direito, que já havia sido garantida na Constituição Federal de 1988, mas que estava até a criação da PNAS e do SUAS, sendo viabilizada a partir do clientelismo político e não do direito. Neste momento, entre as rupturas promovidas pelo governo ilegítimo frente à política de assistência social, em resumo, está a eliminação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, onde estava locada.

A desaceleração econômica advinda da crise financeira mundial, de 2008-2009, acompanhada da queda do valor dos produtos primários, trouxe grandes problemas para a política econômica brasileira alicerçada no “neodesenvolvimentismo” como indicado por alguns estudiosos, como o Prof. Giovanni Alves, sobretudo, no plano fiscal da gestão pública dos governos do PT.

A Previdência Social que já foi alvo de reforma durante o governo de Lula da Silva sofre, agora, o seu revés mais intenso. Observa-se

que, nestes primeiros meses do governo ilegítimo, já foi declarada a urgência da reforma previdenciária, que anuncia o aumento do tempo de contribuição por meio do aumento da idade para o direito de aposentadoria e ainda a equiparação de idades entre homens e mulheres. Esse foi um dos primeiros assuntos tratados pelo novo “Ministro” da Fazenda, Henrique Meireles, que durante evento da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), logo após o impedimento da presidenta Dilma, garantiu agilidade e rapidez na reforma previdenciária em evento junto aos bancários. Como se sabe, esse assunto interessa muito aos bancos, uma vez que a previdência privada tem se mostrado um nicho de mercado altamente lucrativo, mas para isso, é necessário restringir cada vez mais o acesso à previdência pública. Portanto, a reforma da Previdência interessa muito ao setor privado, em especial, aos bancos.

**TRABALHO & SAÚDE - Como avalia qual será a principal agenda de luta dos trabalhadores, em especial no campo da Saúde do Trabalhador frente a crise do capital?**

**EDVÂNIA** - Uma tarefa imediata a fazer é unificar as forças para fazer valer a Constituição e o Estado Democrático de Direito. Isso pode contribuir para barrar a atual empreitada da burguesia industrial (representada, entre outros, pela FIESP e Paulo Skaf), do capital internacional e dos políticos ultraconservadores eleitos para o Congresso Nacional, em 2014, os quais se opõem às medidas sociais que vinham sendo mantidas pelo Estado e que junto com o governo ilegítimo já ergueram as suas bandeiras, que podem se resumir em: flexibilização da legislação trabalhista; a terceirização irrestrita legalizando as piores formas de trabalho; o rebaixamento dos salários; a destruição dos direitos sociais; a reforma da educação inviabilizando o real entendimento da realidade social e do seu processo histórico; a burla das diretrizes da administração pública, como regra, aprovando leis que impedem a realização de concursos públicos para os vários serviços, bem como promovendo a sua privatização e, entre outros, esses têm sido alguns dos compromissos que esse “governo” tem assumido com os empresários de plantão e apoiadores do afastamento da presidenta Dilma, que falam e agem em prol da necessidade de aumentar a competitividade a partir da redução dos custos sociais do trabalho e do ajuste fiscal, o qual incide sobre as políticas sociais. Ou seja, a conta da crise tem sido debitada à classe trabalhadora.

A intervenção sindical deve se apropriar do discurso e da defesa da ST. Organizar a base e a sociedade para não permitir a renúncia dos direitos do trabalho e tampouco do papel do sindicato autônomo e combativo. Além disso, não pode abdicar dos resultados históricos da luta política e da legislação construída, a qual deve estar acima do negociado. É preciso lutar contra a PLP 257/16 que

Então, primeiramente, é preciso unir forças para lutar contra esse estado de coisas que atenta contra os direitos e contra a classe trabalhadora em geral.

Notar e fazer o trabalho com a base a respeito de quais são os projetos de classe vigentes na nossa sociedade e que orientam as atuais mudanças. Há uma confusão provocada pela manipulação

midiática que quer supor que os benefícios das atuais medidas que beneficiam unicamente o Capital se estendem à classe trabalhadora. Então, é preciso ler essa realidade e discuti-la com a base. Por exemplo, no caso da redução da maioria penal, construiu-se no imaginário social, que isso resolveria a criminalidade, assim, essa passou a ser defendida por aqueles que certamente serão os primeiros a ser atingidos por essa lei, sem qualquer questionamento sobre o sistema carcerário brasileiro. Arrepiava ver como o Capital e seus vassallos passam para a sociedade as suas necessidades como se fossem de todos, isso está acontecendo agora com a terceirização do trabalho e com a reforma da Previdência Social. Mas a quem servem essas leis?

Muito brevemente, quer se chamar a atenção para o modo como a terceirização vem sendo abordada pelo “governo”, pelos congressistas e representantes da FIESP. Sem entrar no método do elaborado, conjugam a terceirização como “modernização”, engendram a postura deplorável de defender que as condições de trabalho e salário dos/as terceirizados/as moldam as novas exigências do moderno mercado. Mas como se sabe, a terceirização tem sido a responsável pelos maiores índices de acidentes de trabalho, sobretudo, fatais. Entre os/as terceirizados prevalecem, rebaixamento salarial, maior rotatividade, aumento da jornada de trabalho, intensificação da insegurança, as dispensas sem justa causa, o afastamento dos sindicatos e a fragmentação política da classe trabalhadora, e, de modo resumido, cria maior fragilidade social, enquanto, na outra ponta fortalece o poder do capital sobre os/as trabalhadores/as. Legaliza-se a injustiça social, dirimindo qualquer contestação.

Então, a agenda de luta do movimento sindical para a defesa da ST tem que ser mais ampla e não pode se restringir, como já dito, aos ambientes de trabalho, ainda que esses devam ser constantemente considerados.

O diagnóstico da realidade presente, na qual predomina a desregulamentação do trabalho, o conservadorismo político e a conformação de uma classe trabalhadora empobrecida constituem o grande desafio para o movimento sindical. Se outrora, o movimento sindical se fortaleceu por meio da indústria e da regulamentação do trabalho, o momento atual é adverso. Pois, a grande indústria sofreu (e sofre) os reveses da globalização econômica e a classe trabalhadora sofre com as mudanças no mundo do trabalho, sobretudo, com o enxugamento que os processos de trabalho guiados pela automação, robótica,

telemática (telecomunicações/informática) e as várias inovações tecnológicas provocam, criando um ambiente avesso ao trabalho formal e de longa duração. Isto é, na atualidade, o sistema produtivo e empresarial é automatizado, precarizado e competitivo. A classe trabalhadora sofreu profunda alteração na sua constituição, que passou a contar com o encolhimento do setor industrial e a ampliação do setor de serviços, bem como com a arregimentação das mulheres para as formas mais

precarizadas de trabalho.

Na era da globalização tudo é volátil e a busca por competitividade entende-se lucratividade, se dá em um ambiente hostil aos trabalhadores/as que sofrem com o desemprego em massa e com o rebaixamento salarial. Além disso, o perfil epidemiológico da ST no capitalismo contemporâneo também tem sofrido mudanças,

embora a carga física do trabalho permaneça, incidido em deformidades físico-orgânicas dos(as) trabalhadores(as), tem ocorrido também o crescimento das doenças relacionadas ao trabalho de natureza osteomuscular e mental. Essas são mais difíceis de serem reconhecidas na sua relação com o trabalho e deslizam para o modo como o trabalho vem sendo realizado, cuja carga psicossocial evidencia as relações assimétricas de trabalho e as metas de produtividade em um contexto de largo desprezo pela força de trabalho.

A intervenção sindical deve se apropriar do discurso e da defesa da ST. Organizar a base e a sociedade para não permitir a renúncia dos direitos do trabalho e tampouco do papel do sindicato autônomo e combativo. Além disso, não pode abdicar dos resultados históricos da luta política e da legislação construída, a qual deve estar acima do negociado. É preciso lutar contra a PLP 257/16 que impõe o negociado acima do legislado.

Para finalizar essa questão, quero destacar ainda que o ordenamento principal de um sistema de Seguridade Social, sobretudo, na sociabilidade capitalista, é a luta de classes. No capitalismo, a classe trabalhadora, quando devidamente organizada, protagoniza um papel importante na luta pelo acesso à riqueza socialmente produzida, que, via de regra, é apropriada individualmente. Portanto, a constituição de um fundo público e respectivas políticas sociais decorrem do papel protagonizado pela classe trabalhadora, das suas conquistas ou das suas derrotas.

#### **TRABALHO & SAÚDE - Com a sua inserção na universidade e seu protagonismo na produção de pesquisas no campo Saúde do Trabalhador, como vislumbra o papel da pesquisa e da academia no cenário atual?**

**EDVÂNIA** - Penso, primeiramente, que, hoje, há maior quantidade de estudos que versam acerca da ST, que quando iniciei a aproximação com esse campo, em 2004, ainda como assistente social do CEREST-Franca, SP, naquele período, se tinha mais dificuldades em acessar os estudos nessa área. Há também maior inserção das humanidades nessa discussão, que historicamente esteve a cargo das áreas biológicas e da engenharia.

A busca em compreender a ST é interdisciplinar e está presente nos estudos da Saúde Coletiva e das Ciências Humanas e Sociais, portanto, também do Serviço Social, e implica ir além da atenção aos problemas imediatos, propondo a investigação das condições que os criaram.

A academia tem o papel de fazer a leitura da sociedade, dos impactos das suas deliberações, das imposições da classe política e empresarial sobre as demais. Deve produzir conhecimento sobre o modelo de desenvolvimento econômico e social e respectiva sociabilidade. Mostrar como vivem a maioria dos(as) brasileiros(as), desmistificar o sistema econômico e político.

É válido ressaltar que a apropriação da realidade exige uma postura, que não pode ser imparcial. A realidade está carregada de interesses, assim, os valores que mediam a visão, o conhecimento e a postura frente a realidade estão presentes também no papel social do conhecimento. Daí a necessidade de se assumir um compromisso de investigar a realidade em suas múltiplas determinações e a partir dos interesses da classe trabalhadora.

Há, certamente, uma manifestação concreta do real, que no âmbito da Saúde do Trabalhador, ela pode ocorrer (e comumente ocorre) a partir dos indícios da violência do trabalho, considerando o modo como ele é organizado e suas relações para a vida e

saúde dos(as) trabalhadores(as). Portanto, a ST, via de regra, é compreendida a partir do fenômeno dos agravos e não, inversamente, a partir da preservação da vida e da saúde. Não por acaso, essa ótica de compreensão está sempre atrasada frente à realidade que os(as) trabalhadores(as) estão inseridos. Foi assim em relação a construção das Normas Regulamentadoras do Trabalho (NR), dos direitos trabalhistas e sociais e demais convenções que limitam a extração da capacidade vital do trabalhador para o trabalho, ou seja, dos limites que impedem a expropriação e\ou o saque da saúde e da vida.

#### **TRABALHO & SAÚDE - Como tem sido e como pode ser a contribuição da academia para o movimento sindical em Saúde do Trabalhador?**

**EDVÂNIA** - Historicamente os sindicatos dos(as) trabalhadores(as) deram visibilidade e lutaram pelas garantias mínimas das condições de trabalho, considerando a regulamentação do trabalho, o ambiente e as relações salariais. Com certo atraso, lutou também pela saúde e segurança no e pelo trabalho. Mas a conjunção dessas ações com as da academia é marcada por um imenso hiato.

Então, falar da contribuição da academia para o movimento sindical exige um movimento para além de respostas fechadas e finais, até porque essa contribuição está esparsa na produção acadêmica, na formação de pesquisadores(as) e de profissionais, na realização de eventos, nos quais estão contidos os ideais de formação e de participacionismo para a formação da consciência crítica e do conhecimento confluyente, mas, sobretudo, questionador da realidade social, política, econômica e cultural. Pensar a contribuição da academia para o movimento sindical implica também em reconhecer o seu papel para a sociedade em geral. A reboque da qualidade dos estudos, da prática formativa e da qualidade do conhecimento construído, a academia deve ainda se aproximar dos sindicatos e promover fecunda interlocução, não cabe apenas criticá-los, é preciso desenvolver formação, polemizar as ações, debatê-las e quiçá realizar estudos que orientam mudanças efetivas e qualitativas para a vida social.

A contribuição da academia para o movimento sindical se dá ou não em formas e graus distintos, na dependência de formas particulares de objetivação, por exemplo, se a pública, com professores em dedicação exclusiva e se com bolsas para pesquisa e permanência estudantil e autonomia para o corpo docente e discente, entre outros.

Aqui, chama-se a atenção para a possível contribuição na construção de dados estatísticos capazes de contemplarem a realidade que os(as) trabalhadores(as) estão inseridos. A universidade precisa estar preparada para coletar as informações e para tratá-las dentro de um nível de qualidade, densidade teórica e referenciamento político e público.

Os dados estão dispersos, distantes, não é fácil fazer aproximações à luz da totalidade social. No caso da ST, dentro das ciências humanas, é muito comum os estudos qualitativos, baseados em entrevistas e relatos, que muitas vezes, evidenciam o sofrimento no\pelo trabalho causado pelo processo de adoecimento ou acidente, pelo desemprego, às vezes, tudo isso junto, mas são informações que não estão contemplados pelos órgãos de estatísticas oficiais. Histórias de vida que cotidianamente estão invisíveis, apesar de percorrerem a via crucis dos serviços de saúde e previdenciários. Portanto, um grande desafio para as

pesquisas é chegar até esses/as interlocutores/as, conseguir o seu acesso e a obtenção dos dados, certamente, a aproximação com o movimento sindical pode ser decisiva para essas e outras investigações e ações conjuntas.

A espinha dorsal da ciência é a formação continuada de novos pesquisadores. Assim, quero chamar a atenção para o modo como tradicionalmente as pesquisas são desenvolvidas, em geral, de modo individual e particular. Construir conhecimento é complexo, a ousadia de fazer a partir de um conjunto de pesquisadores/as em níveis de formação diferenciadas é mais difícil ainda. Ter proposta de aprendizado com quem está chegando na faculdade, com quem é de serviços, com quem é do movimento sindical, com quem é da Pós Graduação e na interlocução com outros centros de pesquisas e com o movimento sindical, é mais trabalhoso, por vezes, até menos produtivo em termos de números de artigos, mas é infinitamente maior em termos da capacidade formativa.

Em suma, em vez de obstáculos paralisantes para a academia e para o movimento sindical é preciso acreditar nas possibilidades e na luta conjunta para que a academia esteja aberta para a classe trabalhadora, para a formação de qualidade, para a produção do conhecimento comprometido com mudanças sociais e não apenas com os bônus curriculares. Mas a universidade pública está em risco! O papel social desenvolvido pela academia também está em risco. Para a realização de estudos, pesquisas, é preciso condições, o professor tem que ter dedicação exclusiva, é preciso efetivar as políticas de permanência estudantil e para isso é preciso ter uma política de educação universitária que garanta essas condições.

### Referências:

O autor desenvolve a tese da prevalência da cultura escravagista, da superexploração do trabalho e de um modelo de desenvolvimento de agropecuária de grande extensão, responsável pela expulsão dos pequenos produtores para as grandes cidades, o que favoreceu a migração. IANNI, Octavio. A idéia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ALVES, Giovanni. A pulsão golpista da miséria política brasileira. In: PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; TENENBAUM, Marcio; FILHO, Wilson Ramos (Orgs). A resistência ao golpe 2016. Bauru: Canal 6, 2016, projeto editorial Práxis, p. 146-157.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1999.

RIBEIRO, Herval Pina. A violência oculta do trabalho: as lesões por esforços repetitivos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

Essa é uma situação que tem sido experimentada na participação na pesquisa "Mapeamento e análise do território do agrohidro-negócio canavieiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental", que vem sendo realizada pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, que tem privilegiado, sobretudo, o envolvimento entre vários pesquisadores desde a iniciação científica até pós doutorados, tanto da UNESP, quanto de outras universidades e representantes de serviços e do movimento sindical e social. Essa ousadia exige muito do pesquisador, mas ela cumpre um papel fundamental na formação continua de novos/as pesquisadores/as.

## Charge



(Quino, Mafalda)

**R**elicário, lugar próprio para guardar relíquias. Com esse significado, o nome desta seção pretende resgatar produções, textos, campanhas e outros materiais que compõem a história do DIESAT.

Nesta edição escolhemos um texto escrito por Antônio José de Arruda Rebouças, Advogado, membro do Conselho Científico do DIESAT, trabalhador e militante da Saúde dos Trabalhador que trata da Previdência Social. Não por coincidência, mas por estar na sempre na mira dos setores retrógrados e conservadores, a Previdência Social é meio do alvo de disputa e ataque aos direitos dos trabalhadores. Sempre! E sempre estaremos na luta.



Revista Trabalho & Saúde - número 38 - janeiro de 1995

## Previdência

# Sempre na mira

**Antônio José de Arruda Rebouças**

O Boletim Diesat nº 2, de julho/agosto de 1981, dava um alerta em seu editorial para um projeto do governo, noticiado em jornais, sobre a criação da Fundação, fundação privada que assumiria as funções da Previdência Social, seguindo o "modelo adotado recentemente no Chile".

No mesmo boletim havia informes relativos ao 3º Congresso sobre Previdência Social que aprovou a recomendação de que "deve ser reconquistada a participação direta do trabalhador na gestão da Previdência Social. Também denunciava-se a situação absurda dos trabalhadores rurais, que não tinham direitos a vários benefícios previdenciários.

No que se refere à saúde, o boletim nº 2 revelava que no 3º Congresso de Previdência Social afirma-se que a má qualidade da assistência médica do Inamps era um problema de desvio dos recursos, falta de definição de prioridades, que deveriam contemplar a grande massa de trabalhadores/contribuintes, e também reflexo da falta de participação dos trabalhadores nas decisões que en-

*Resistiu-se o máximo possível ao assédio privatizante dos governos Sarney, Collor (bem pior) e Itamar. Com Fernando Henrique o embate deve ser ainda mais tenso e complicado*

volveram a Previdência Social e a assistência médica.

De 1981 para cá, o panorama alterou-se, com a acentuação de pontos negativos e o surgimento de alguns positivos. Em 1984, o Diesat promoveu um seminário discutindo o documento do Ministério da Previdência Social, intitulado "Projeto de Revisão da Previdência e Assistência Social" destacando o que se encontra por trás da tão propalada reforma da Previdência: sua total privatização, a começar pela assistência médica e pelo seguro-acidente.

Em 1986, a I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador constituiu-se em marco histórico. Culminando com a vitória da promulgação, pelo Congresso Nacional, em 5 de outubro de 1988, na atual Cons-

tituição, de um dispositivo visando a implantação de um sistema nacional de seguridade social, abrangendo as áreas da saúde, Previdência Social e assistência médica.

Quase três anos depois, em julho de 1991, foi publicada a Lei de Custeio e Seguridade Social e o Plano de Benefícios da Previdência Social, após intensa pressão do movimento sindical e da sociedade civil. O Diesat participou amplamente desse processo, trazendo importante contribuição para a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Resistiu-se o máximo possível ao assédio privatizante dos governos Sarney, Collor (bem pior) e Itamar. Com Fernando Henrique, o embate deverá ser ainda mais tenso e mais complicado.

A reforma tributária e, especificamente, a reforma da Previdência Social, com o favorecimento ostensivo dos grandes grupos econômicos e financeiros, consistem no desafio a enfrentar, que exigirá organização, empenho, solidariedade e inteligência bem mais acentuados.

Antonio José de Arruda Rebouças é advogado, técnico do Diesat e especialista na área de Previdência.



**Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho**

**Diesat**  
Desde 1980

Av. Dr. Viera de Carvalho, 39 - 7º andar (República) - São Paulo - SP  
Cep.01210-010 - Tel (11) 3399-5673 / 2985-5673  
e-mail: [diesat@diesat.org.br](mailto:diesat@diesat.org.br)  
site: [www.diesat.org.br](http://www.diesat.org.br)

